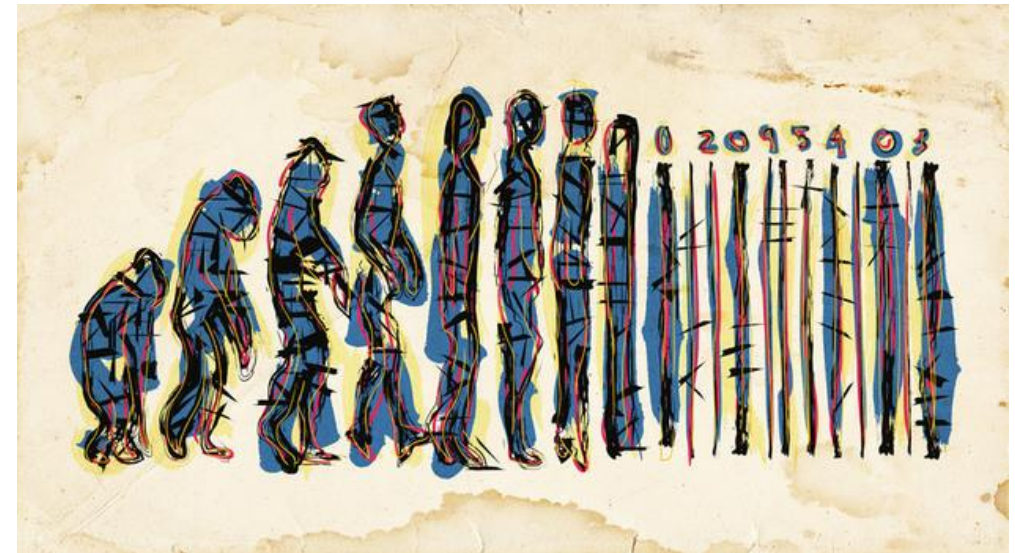




apodemo

associação portuguesa de empresas
de estudos de mercado e de opinião

Luís Valente Rosa



Relatório sobre o rescaldo dos resultados das sondagens nas Eleições Autárquicas de 2021



Índice

1	O que se passou?	4
2	A excelência do Barómetro CM	76

1 O que se passou?

O que se passou?

A questão central que dá origem a este relatório baseia-se na perceção existente de as sondagens pré-eleitorais terem apresentado resultados inconciliáveis com o resultado das eleições, o que implica a conclusão de que “as sondagens falharam”.

Perante esta constatação, começemos por uma primeira pergunta.

1ª pergunta

As sondagens pré-eleitorais são
supostas “acertar” ou “errar”?



1.1.

O que são as sondagens pré-eleitorais

O que se passou?

Características das sondagens pré-eleitorais

1

Opinião/comportamento: contrariamente às sondagens de boca-de-urna, que inquiram sobre o comportamento eleitoral, as sondagens pré-eleitorais inquiram sobre uma opinião, ou intenção, a respeito do que se irá fazer no futuro.

2

Universos: contrariamente às sondagens de boca-de-urna, que incidem sobre votantes, as sondagens pré-eleitorais incidem sobre eleitores, ou seja, potenciais votantes.

3

Tempo: contrariamente às sondagens de boca-de-urna, cujo tempo é o do dia da eleição, as sondagens pré-eleitorais referem-se a um tempo anterior, espelhando o que os inquiridos pensam (sem necessariamente tomar uma decisão) no dia em que foram inquiridos.

O que se passou?

Características das sondagens pré-eleitorais

4

Conteúdo: contrariamente às sondagens de boca-de-urna, que são aplicadas após uma decisão factual, as sondagens pré-eleitorais acontecem frequentemente antes de os eleitores conhecerem bem os candidatos, assistirem às suas propostas e à campanha eleitoral, refletirem e tomarem uma decisão. Por essa razão, as sondagens pré-eleitorais incluem pessoas indecisas, quer em relação ao candidato que irão ou não escolher, quer mesmo em relação ao próprio ato de ir ou não votar.

O que se passou?

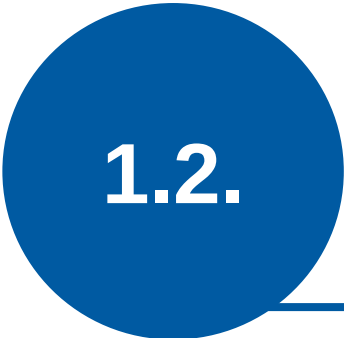
Poderemos então dizer que as sondagens pré-eleitorais só “acertarão”, se:

- forem votar todos os eleitores que pensavam votar no momento do inquérito
- não forem votar todos os eleitores que pensavam não votar nesse momento
- os que votam no dia da eleição votarem da mesma maneira que afirmaram anteriormente, não mudando de opinião
- os que estavam indecisos não forem votar ou votarem nas mesmíssimas proporções dos que manifestaram uma intenção de voto anteriormente

É óbvio que estas premissas são obviamente irrealistas pelas mais diversas razões. Aliás, se assim fosse, não existiria campanha eleitoral. Por isso, devemos interiorizar de forma profunda uma frase por vezes enunciada superficialmente: sondagens pré-eleitorais não são previsões.

2ª pergunta

Mas será aceitável uma tão grande diferença entre as sondagens e o resultado da eleição? Por exemplo, o candidato A ter mais de 10 pontos percentuais de diferença em relação ao B e depois o B ganhar?



1.2.

O comportamento eleitoral

O que se passou?

Não há grande conhecimento científico sobre o comportamento eleitoral dos portugueses, havendo muitas vezes recurso a factos empíricos dispersos ou ao proverbial “*achómetro*”.

Mas refiramos alguns aspetos interessantes.

O que se passou?

Alguns elementos relativos ao comportamento eleitoral

1

A clubite partidária: grande parte dos eleitores já não têm afinidades, ou identificação, com partidos. Há muitos anos que a adesão a um partido não tem nada a ver com a identificação com um clube de futebol. Por isso, a volatilidade é muito elevada. Por outro lado, há também um grande desinteresse em relação à política. O que explica, em parte, as elevadas taxas de abstenção. Assim, a decisão de voto é muito impulsiva e baseada em pessoas, não em ideias; muitas vezes com lógicas negativas, baseadas em irritações mais ou menos episódicas: não se vota frequentemente por alguém, mas contra alguém.

O que se passou?

Alguns elementos relativos ao comportamento eleitoral

2

O voto útil: a lógica do voto útil favorece bastante a existência de alterações de última hora. Sobretudo alterações em relação ao candidato ou partido preferido.

Esta lógica tem duas vertentes: tanto pode levar a aumentar o voto de alguém, por ser o que está mais bem colocado para derrotar o candidato que se pretende castigar, como pode prejudicar o voto do candidato que vai à frente, por exemplo para impedir uma maioria absoluta.

O que se passou?

Alguns elementos relativos ao comportamento eleitoral

3

O “bandwaggon”

Os políticos queixam-se quando as sondagens lhes dão resultados muito mais baixos do que o que pensam merecer porque querem ir à frente, por causa do “bandwaggon”, tese que diz que o partido que vai à frente entra em dinâmica de vitória e isso contribui para aumentar o seu resultado. Se esta resposta for a correta, tal significa que estes políticos não são muito inteligentes, pois usam, ao denegrir as sondagens, uma estratégia totalmente errada que ainda faz baixar mais os seus resultados nas sondagens, uma vez que os seus apoiantes tendem a recusar participar nelas.

O que se passou?

Alguns elementos relativos ao comportamento eleitoral

4

A abstenção por certeza de vitória

No entanto, alguma bibliografia de ciência política atribui à *abstenção por certeza de vitória* uma importância maior. Esta tese estipula que a principal consequência dos resultados das sondagens no comportamento eleitoral é os eleitores não irem às urnas por acharem que o seu partido ou candidato já ganhou. Esta tese é corroborada por múltiplos exemplos eleitorais em Portugal, ganhando, por isso, algum relevo justificado.



Resumo

Em suma, existe uma multiplicidade de razões que podem justificar alterações significativas de última hora, não existindo, infelizmente, conhecimento científico suficiente que nos possa ajudar a prever essas alterações.

3ª pergunta

Mas por que razão estas diferenças de resultados acontecem sempre subvalorizando o PSD e não o PS?



1.3.

A espiral do silêncio

O que se passou?

A teoria da “espiral do silêncio” foi criada nos anos 70 por uma investigadora alemã chamada Elisabeth Noelle-Neumann. A teoria é simples: existem partidos ou candidatos em “clima de opinião negativo”, cujos eleitores ou simpatizantes tendem a responder menos às sondagens por entenderem que estas não valorizam suficientemente a importância dos políticos que apoiam. Assim, remetem-se ao silêncio, tendem a não participar nas sondagens e os partidos que apoiam surgem subavaliados.

O que se passou?

A primeira vez que existiu espiral do silêncio em Portugal foi em 1995, quando o PSD (órfão de Cavaco Silva) tentou convencer o eleitorado de que as sondagens estavam a falsear a realidade ao anunciar a vitória do Partido Socialista. O que, como se sabe, era a mais pura verdade. Desde aí, PSD e CDS têm tido atitudes públicas frequentes contra a honestidade e a veracidade das sondagens, o que tem provocado a sua correspondente subavaliação.

Numa eleição em que Rui Rio disse o que disse, não parece difícil imaginar o eleitor do PSD a fechar a porta ao entrevistador que lhe quer fazer uma sondagem política.

O que se passou?

No entanto, é preciso relativizar a questão: a intensidade da espiral do silêncio em Portugal é fraca (no máximo, cerca de 5%) e não acontece de uma forma sistémica nem sistemática, ou seja, aparece em certos eleitorados e noutros não, e aparece em certas eleições e noutras não.

Por esta razão, não tem havido esforço recente por parte dos sondadores em corrigir o efeito, tanto mais que a correção que existiu no passado (proposta pela própria Elisabeth Noelle-Neumann) se revelou desastrosa em casos de mudança de ciclo político.



Apesar da multiplicidade de razões que podem justificar alterações significativas entre sondagens e voto, não valerá a pena conhecer de perto o caso das sondagens pré-eleitorais das Autárquicas de 2021?



1.4.

As sondagens pré-eleitorais realizadas

O que se passou?

Foram analisadas sondagens pré-eleitorais (doravante sondagens) publicadas, relativas a 27 concelhos. A fonte foi o *clipping* da Marktest, uma vez que os registos da ERC demoram cerca de um mês a ser publicados (o que significaria perder as últimas sondagens). Infelizmente, os dados da Marktest não incluem os indecisos, o que significa uma grande amputação das sondagens. Como veremos, as projeções que anulam os indecisos são uma das grandes causas de uma perceção distorcida em relação ao que é verdadeiramente uma sondagem (pré-eleitoral).

Só foram consideradas sondagens com trabalhos de campo nos dois meses anteriores à eleição.

O que se passou?

No entanto, a análise foi feita com as projeções e, ocasionalmente, e para melhor ilustração, foi procurado o registo da ERC, quando existente. Apenas se analisaram os resultados dos dois ou três partidos (ou movimentos independentes) com maior votação na eleição. Por outro lado, apenas se utilizou a sondagem mais recente ou, no caso de haver várias sondagens mais recentes com datas próximas, uma média dos resultados destas.

Separaram-se os concelhos em 3 grupos: os que apresentaram um desvio médio, por partido, até 2,5%; os que apresentaram um desvio médio, por partido, até 5%; e os restantes.

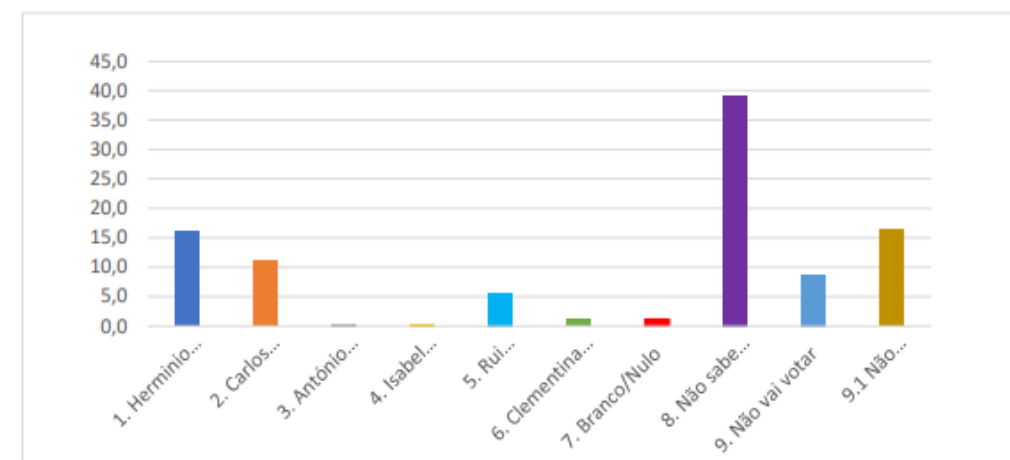
O que se passou?

Considera-se que os concelhos que apresentaram um desvio médio, por partido, até 2,5% são aqueles dos quais se diz, com leviandade, que “acertaram na *mouche*”. Um exemplo é o que se apresenta ao lado, relativo ao primeiro concelho por ordem alfabética, Alcobaça, cujo desvio médio foi de 1,1%:

	Resultado	Real	Desvio	D Abs
Herminio Rodrigues pelo PSD	43,8	43,2	0,6	0,6
Carlos Guerra pelo PS	31,5	30,0	1,5	1,5
			Média	1,1

P2. Como sabe as eleições autárquicas para escolher o presidente da Câmara de Alcobaça vão realizar-se no dia 26 de setembro. Agora imagine que as eleições eram no próximo domingo em qual dos seguintes candidatos votava?

	Frequência	Percentagem	Projeção
1. Herminio Rodrigues pelo PSD	78	16,0	43,8%
2. Carlos Guerra pelo PS	56	11,2	31,5%
3. António Vieira pelo CDS-PP	2	0,4	1,1%
4. Isabel Ventura pelo Chega	2	0,4	1,1%
5. Rui Alexandre pelo Movimento Independente Nós Cidadãos	28	5,6	15,7%
6. Clementina Henriques pela CDU	6	1,2	3,4%
7. Branco/Nulo	6	1,2	3,4%
8. Não sabe em quem votar/não decidiu	196	39,2	
9. Não vai votar	44	8,8	
9.1 Não responde	82	16,4	
Total	500	100,0	



O que se passou?

Uma vez que os resultados analisados apenas dizem respeito a projeções, não conhecemos o valor dos indecisos. No entanto, estimemos que um valor razoável para os indecisos é de cerca de 10% a 15%. Apesar de muitas sondagens terem valores bem superiores.

Vejamos o caso da Amadora, que apresenta o menor desvio médio de todos (0,4%) e que diz respeito à média de 3 sondagens: do ICS/ISCTE, do CESOP (Católica) e da Aximage, com trabalhos de campo próximos (entre os dias 23 de Agosto e 13 de Setembro).

Intenção de Voto	ICS / ISCTE	CESOP	AXIMAGE	Média	Real	Desvio	D Abs
PS - Carla Tavares	41,0	43,0	50,0	44,7	43,9	0,8	0,8
PSD/CDS/PDR/Aliança/MPT - Susana Garcia	30,0	22,0	22,0	24,7	24,6	0,1	0,1
						Média	0,4

O que se passou?

Nesta sondagem da Amadora, os resultados do CESOP (Católica), com indecisos são os seguintes:

Intenção de voto nas Autárquicas

Apesar de o resultado ter sido quase idêntico ao da eleição, havia 23% de indecisos.

Intenção direta de voto*		Estimativa de resultados eleitorais**	
PS	27%	PS	43%
DAR VOZ À AMADORA	15%	DAR VOZ À AMADORA	22%
CDU	7%	CDU	11%
B.E.	2%	B.E.	5%
IL	2%	IL	4%
CH	2%	CH	3%
PAN	2%	PAN	3%
«Amadora Contigo»	1%	«Amadora Contigo»	2%
MAS	1%	MAS	1%
Branco / Nulo	6%	Branco / Nulo	6%
Não sabe	23%		
Não vota	8%		
Recusa responder	4%		

* Dados ponderados de acordo com a distribuição da população por sexo, escalões etários, freguesia e voto nas autárquicas 2017

** Obtida calculando a percentagem de intenções diretas de voto em cada lista em relação ao total de votos válidos (excluindo abstenção e não respostas). São apenas consideradas intenções e inclinações de voto de inquiridos que dizem ter a certeza que vão votar (N=433). Estas estimativas têm valor meramente indicativo, dado que diferentes pressupostos poderão gerar resultados diferentes.

- Esta sondagem indica que o mais provável é que neste momento o PS tenha intenções de voto suficientes para manter a maioria absoluta na Câmara. Se os resultados eleitorais fossem os do quadro, o PS teria 7 mandatos, a coligação DAR VOZ À AMADORA teria três e a CDU ficaria com um.
- No entanto, se o PS estiver no limite mínimo do intervalo (ver gráfico da página seguinte), a sondagem não exclui a possibilidade do PS não ter maioria absoluta (ficando com 5 em 11 mandatos)
- Ou seja, se as eleições tivessem sido nos dias de trabalho de campo a maior probabilidade seria de vitória do PS com maioria absoluta

O que se passou?

No entanto, estimemos 10% a 15% para os indecisos, como se disse. E admitamos uma dimensão média de amostra de 716 indivíduos (a média de todas as sondagens analisadas), o que corresponde a um erro teórico de 3,7%.

Para ilustrar uma situação deste tipo, vejamos o caso real dos resultados da sondagem do CESOP em Almada, embora com 7% de indecisos.

O que se passou?

Intenção de voto nas Autárquicas

Intenção direta de voto*			Estimativa de resultados eleitorais**	
PS	29%		PS	33%
CDU	25%		CDU	29%
AD	12%		AD	13%
B.E.	8%		B.E.	9%
CH	4%		CH	5%
PAN	5%		PAN	5%
IL	2%		IL	2%
Branco / Nulo	4%		Branco / Nulo	4%
Não sabe	7%			
Não vota	3%			
Recusa responder	2%			

- Esta sondagem indica que o mais provável é que neste momento o PS tenha mais intenções de voto do que a CDU
- No entanto, como se pode observar no gráfico da página seguinte, a sondagem não exclui a possibilidade da CDU ter mais intenções de voto
- Ou seja, se as eleições tivessem sido nos dias de trabalho de campo a maior probabilidade seria de ser o PS o partido mais votado, mas a sondagem indica que a CDU também poderia ter sido a força política mais votada neste concelho

* Dados ponderados de acordo com a distribuição da população por sexo, escalões etários, freguesia e voto nas autárquicas 2017

** Obtida calculando a percentagem de intenções diretas de voto em cada lista em relação ao total de votos válidos (excluindo abstenção e não respostas). São apenas consideradas intenções e inclinações de voto de inquiridos que dizem ter a certeza que vão votar (N=479). Estas estimativas têm valor meramente indicativo, dado que diferentes pressupostos poderão gerar resultados diferentes

O que se passou?

	Resultado	Real	Desvio	D Abs
PS (Inês de Medeiros)	33,0	39,9	-6,9	6,9
CDU (Maria das Dores)	29,0	29,7	-0,7	0,7
			Média	3,8

Com apenas 7% de indecisos, e um erro teórico de 3,7%, a média de desvio obtida (de 3,8%) coaduna-se perfeitamente com os resultados da sondagem, pois o PS obteve mais 7% do que o valor estimado sem indecisos e a CDU mais 0,7%. O PS pode ter beneficiado do voto útil da AD (que obteve 10,7%, em vez dos 12% da sondagem), para afastar a hipótese CDU. E os indecisos podem ter votado essencialmente no PS pelas mesmas razões. Se juntarmos a margem de erro, não podemos dizer que a sondagem “errou”. Por maioria de razão, não o diríamos se os indecisos fossem 10% ou 15%.

O que se passou?

Assim, se a sondagem tivesse 10% a 15% de indecisos (e um erro teórico de 3,7%), a média de desvio obtida (de 3,8%) coadunar-se-ia ainda melhor com os resultados da sondagem. Para além de não podemos dizer que a sondagem “errou”, ainda existe a curiosidade de ter sido o PS o “prejudicado”, o que significa que não é sempre o PSD.

Por todas estas razões, vamos assumir que os concelhos que apresentaram um desvio médio, por partido, até 2,5%, “acertaram” na *mouche* e os que apresentaram um desvio médio, por partido, até 5%, se encontram numa situação normal, perfeitamente aceitável. Nesse sentido, vejamos quais os concelhos que se encontram nestas situações.

O que se passou?

Concelhos que apresentaram um desvio médio, por partido, até 2,5%:

- Alcobaça
- Amadora
- Batalha
- Santana
- S. J. da Madeira
- Seixal

O que se passou?

Concelhos que apresentaram um desvio médio, por partido, entre 2,5% e 5%:

- Almada
- Coimbra
- Figueira da Foz
- Funchal
- Gondomar
- Lisboa
- Ponta do Sol
- Porto
- V. N. de Gaia

O que se passou?

Temos, assim, 15 sondagens que se encontram numa situação aceitável. E 12 casos de “inaceitável”. Porém, em relação a nenhum destes últimos houve queixas.

A “pior” sondagem de todas foi em Aveiro:

	Resultado	Real	Desvio	D Abs
PPD-PSD/CDS-PP/PPM - Ribau Esteves	75,7	51,3	24,4	24,4
PS/PAN - Manuel Sousa	11,6	26,0	-14,4	14,4
			Média	19,4

O que se passou?

No entanto, esta sondagem de Aveiro não foi feita por uma empresa de sondagens, mas pela Universidade de Aveiro. E não “prejudicou” o PSD, mas sim o PS.

Em segundo lugar (nas piores), ficou Porto Santo (com um desvio médio de 11,5%), feita pela Eurosondagem. Mas a amostra era, também, a mais pequena de todas (318 indivíduos).

Em terceiro ficou Braga (com um desvio médio de 10%), feita pelo IPOM. Mas tinha 22% de indecisos.

Talvez valha a pena olhar para este caso.

O que se passou?

Estes foram os resultados da sondagem:

P8. Como sabe as eleições autárquicas para escolher o presidente da Câmara vão realizar-se no dia 26 de setembro. Agora imagine que as eleições eram no próximo domingo em qual dos seguintes candidatos votava?

	Frequência	Percentagem	Projeção
1 Ricardo Rio pela coligação Juntos por Braga (PSD, CDS-PP, PPM e Aliança)	283	35,6	55,5%
2 Hugo Pires pelo PS	119	14,9	23,3%
3 Barbara Barros pela CDU	26	3,3	5,1%
4 Alexandra Vieira pelo BE	27	3,4	5,3%
5 Eugénia Santos pelo Chega	14	1,8	2,7%
6 Rafael Pinto pelo PAN	8	1,0	1,6%
7 Olga Batista pelo Iniciativa Liberal	4	0,5	0,8%
8. Teresa Mota pelo livre	2	0,3	0,4%
9.1 votará em Branco/Nulo	27	3,4	5,3%
9.2 Não sabe em quem votar/não decidiu	177	22,2	510
9.3 Não responde	109	13,7	
Total	796	100,0	

Estes foram os resultados da eleição:

Ricardo Rio - Juntos por Braga	42,9
Hugo Pires - PS	30,7

Para além de a diferença também “prejudicar” o PS, e não o PSD, alguém pode dizer que o resultado da sondagem é absurdo face ao da eleição?

O que se passou?

Aliás, daqui se conclui algo que pode vir a ser interessante em termos de pista para compreender o comportamento eleitoral dos portugueses: as discrepâncias não prejudicam” o PS, ou o PSD, mas, normalmente (excetuando Almada) quem está no poder, o que significa que os indecisos votam mais na oposição. Quem é adepto de quem está no poder, tende a estar menos indeciso.

De facto, assim aconteceu em concelhos como: Aveiro, Braga, Coimbra, Funchal, Gondomar, Lisboa, Montijo, Paços de Ferreira, Porto, Gaia, Vila Real ou Viseu. Ou seja, capitais de distrito e concelhos urbanos e bastante populosos.

O que se passou?

Os concelhos que se seguem no ranking “mau”, foram:

- Viseu (Eurosondagem, desvio médio de 9,1);
- Vila Real (Aximage, desvio médio de 8,7);
- Paços de Ferreira (Eurosondagem, desvio médio de 8,6);
- Santa Cruz (Eurosondagem, desvio médio de 7,5);
- Penafiel (Eurosondagem, desvio médio de 7,1).

A partir daqui, todos os restantes (4) tiveram desvios inferiores a 7%.



Resumo

Não é verdade que as sondagens “prejudiquem” o PSD. “Prejudicam”, sobretudo nos grandes centros urbanos, quem está no poder.

E tal acontecerá provavelmente por duas razões possíveis: evitar maiorias absolutas e abstenção por certeza de vitória.

O que se passou?

Apesar de tudo o que foi dito, foi Lisboa que causou todas as dúvidas sobre a qualidade das sondagens. Por isso, vale a pena analisar este caso mais em profundidade. As sondagens consideradas foram as seguintes (em ambos casos, os trabalhos de campo terminaram a 21 de Setembro):

	CESOP	Pitagórica	Média	Real	Desvio	D Abs
PS, Fernando Medina	37,0	40,6	38,8	33,3	5,5	5,5
PSD/CDS/MPT/PPM/A, Carlos Moedas	28,0	33,1	30,6	34,3	-3,8	3,8
					Média	4,6

O que se passou?

CESOP	Resultado com indecisos	Resultado da eleição
Medina	28,9	33,3
Moedas	21,1	34,3
Indecisos	16	

Os resultados apresentados resultam de uma anulação dos que não votam e dos que se recusam a responder.

No caso do CESOP (U. Católica), a projeção sem indecisos não resulta de uma simples anulação destes, mas de um trabalho que envolve um conjunto de procedimentos que configuram uma aproximação a uma previsão.

Mas é sobretudo importante assinalar uma diferença inferior a 8%.

O que se passou?

CESOP	Resultado com indecisos	Resultado da eleição
Medina	28,9	33,3
Moedas	21,1	34,3
Indecisos	16	

Como podemos observar, o resultado final coaduna-se perfeitamente com uma distribuição de indecisos que favoreça a oposição, como já foi explicado, e, eventualmente, supondo alguma abstenção por certeza de vitória ou voto útil para evitar uma maioria absoluta.

Não faz sentido referir a questão da margem de erro por razões adiante explicadas.

O que se passou?

Pitagórica	Resultado com indecisos	Resultado da eleição
Medina	35,8	33,3
Moedas	29,2	34,3
Indecisos	11,8	

No caso da Pitagórica, a projeção sem indecisos resulta de uma simples anulação destes.

Mas é sobretudo importante assinalar uma diferença inferior a 7%, ou seja, quase idêntica à do CESOP.

O que se passou?

Pitagórica	Resultado com indecisos	Resultado da eleição
Medina	35,8	33,3
Moedas	29,2	34,3
Indecisos	11,8	

Voltamos a encontrar um resultado final que se coaduna perfeitamente com uma distribuição de indecisos que favoreça a oposição e supondo alguma abstenção por certeza de vitória ou voto útil para evitar uma maioria absoluta.

Não faz sentido recorrer à questão da margem de erro por razões adiante explicadas.



Resumo

As sondagens em Lisboa são perfeitamente compatíveis com o resultado da eleição, se tivermos em conta os indecisos e uma decisão tardia por parte dos eleitores (não medida por sondagens posteriores).

4ª pergunta

A que se deve então toda a
discussão em torno de Lisboa?

O que se passou?

Pensamos que aos seguintes fatores:

- Medina perdeu; se tivesse ganhado por 0,1%, os resultados eram praticamente os mesmos e não tinha havido a mesma celeuma;
- Lisboa é um trampolim político para elevados cargos no país, por isso, existe grande aproveitamento e manipulação política;
- Lisboa centrou as atenções da Comunicação Social;
(aplica-se às sondagens em geral)
- existência de uma sistemática anulação dos indecisos;
- existência de uma ideia errónea em relação à margem de erro (ver adiante).

O que se passou?

Por outro lado, não foram conhecidos resultados de sondagens com trabalhos de campo posteriores a 21 de Setembro.

Em parte, este problema é causado pela impossibilidade de se fazerem e divulgarem sondagens no sábado que antecede a eleição.

Por outro lado, é razoável pensar que os grandes partidos fizeram *tracking-polls* até sábado. Se PSD ou PS divulgassem resultados dessas *tracking-polls* posteriores que hipoteticamente encomendaram, muito se poderia esclarecer sobre o assunto.



Não seria melhor explicar um pouco mais demoradamente a questão da margem de erro e de que modo ela pode condicionar interpretações erróneas?

O que se passou?

(ver Inquéritos e sondagens – dicionário, Luís Valente Rosa, UnYLeYa, 2013)

Em termos gerais, o erro de um inquérito corresponde à diferença que existe entre aquilo que se observa e a realidade propriamente dita. O erro tem duas componentes fundamentais: o erro de amostragem e o erro de medida. A combinação destes dois erros produz o erro total.

É possível que a população em geral, bem como muitos políticos, líderes de opinião e jornalistas, que contactam com os estudos de opinião ou estudos políticos e eleitorais, vejam maioritariamente, na “margem de erro”, o erro total. Em contrapartida, os especialistas vê-la-ão certamente mais como um sinónimo de erro de amostragem. Esta simples diferença de entendimentos pode ser uma fonte nefasta de confusões desnecessárias.

O que se passou?

O erro de amostragem é a diferença que existe entre o resultado de uma observação feita através de uma amostra (ou seja, por sondagem) e o resultado que teria sido obtido, se tivesse sido feita a mesma observação relativamente ao universo correspondente (ou seja, por recenseamento). Portanto, o erro de amostragem é a distorção provocada pelo facto de não se ter observado todo o universo mas apenas uma parte dele (a amostra).

Poderia supor-se que esta distorção fosse, justamente, a distorção que existe entre a observação de uma amostra e a realidade. Mas não é assim. Porque a realidade pode ser observada incorretamente. E ao observar-se incorretamente a realidade, deixa de ser relevante observar uma amostra ou observar o universo: o erro de observação está sempre presente. É a essa observação deficiente que se chama erro de medida.

O que se passou?

O primeiro problema do erro de medida é que não é mensurável. O segundo problema do erro de medida é que pode ser muito superior ao erro de amostragem (e sê-lo-á normalmente).

Para que se compreenda melhor o erro de medida, digamos que ele resulta habitualmente de 3 fatores (neste tipo de sondagens):

- o inquérito ser feito por entrevista (presencial ou telefónica) e não por voto em urna;
- a intenção de voto surgir a meio do questionário e não no seu início;
- da atitude do entrevistador.

Por exemplo, é sabido que o voto em urna diminui enormemente o número de indecisos e isso, como é óbvio, não tem nada a ver com o erro de amostragem.

O que se passou?

Se numa amostra de 400 indivíduos se estimar o resultado de um partido em 50%, o erro de amostragem será de 4,9%. Dir-se-á então que há 95% de probabilidade (nível de confiança) de o resultado do partido, obtido junto de um inquérito ao universo inteiro, se situar entre os 35,1% e os 44,9%. Este valor é considerado o “erro máximo” para esta dimensão de amostra.

O facto de se considerar um erro “máximo” leva a que o erro de amostragem seja frequentemente usado para se estimar a qualidade dos resultados de um inquérito, o que é incorreto por, pelo menos, duas grandes razões.

O que se passou?

A primeira, porque os dois tipos de erros são independentes, podendo o erro de amostragem ser reduzido e o erro de medida elevado, e se o erro de medida for elevado, o erro total resulta elevado. E, como se disse, o erro de medida não é mensurável.

A segunda, porque, para que o erro de amostragem seja calculável, é preciso que se trate de uma amostra aleatória pura. Só assim se pode prever uma distribuição no universo correspondente à curva normal. Se a amostra não for deste tipo, feita com todo o rigor e sem não-respostas (o que é impossível), o resultado deste cálculo é cientificamente falso, apesar de ser obrigatório por lei. Ele fornece apenas uma estimativa de orientação, relativamente à qual não se podem dar quaisquer garantias de carácter estatístico.



Resumo

Existe a menção obrigatória de uma margem de erro na lei que é um absurdo científico e uma fonte elevadíssima de perturbação da interpretação das sondagens pré-eleitorais, por se ficar, erradamente, com a ideia de que aquele “erro máximo” vincula a extrapolação dos resultados da sondagem.

5ª pergunta

Mas faz sentido invocar o erro para justificar as diferenças observadas entre o resultado das sondagens e o da eleição?

O que se passou?

Não, não faz: o erro não é relevante na análise destes resultados, porque este erro tem a ver com questões de aleatoriedade e, portanto, significa que o valor de um partido pode ser maior numa sondagem e menor na seguinte. Ora, tal não aconteceu com intensidade, pois todas as sondagens deram mais ou menos o mesmo.

Logo, não se tratou de um problema de erro de amostragem.

O que se passou?

Não sendo um problema de erro de amostragem, só podem existir três explicações para a diferença entre os resultados das sondagens e o da eleição:

- as entidades em causa não sabem fazer sondagens;
- as entidades em causa viciaram as sondagens para prejudicar alguém (designadamente o PSD);
- a intenção de voto era mesmo aquela no momento e os eleitores tomaram decisões, de voto e de não-voto, que alteraram a situação.

O que se passou?

É difícil haver quem conteste a primeira hipótese:

- as entidades em causa não sabem fazer sondagens.

Nos slides seguintes, apresentam-se os resultados das sondagens de boca-de-urna, em eleições legislativas, nos últimos anos.

Aliás, basta ver o que acontece nos locais onde os partidos estão na noite das eleições: assim que são anunciados os resultados das projeções das televisões (baseados em sondagens), produz-se imediatamente uma mobilização ou uma desmobilização.

O que se passou?

Legislativas de 2002							
Partidos	SIC/Eurosondagem		RTP/U. Católica		TVI/Intercampus		RESULTADOS
	Previsão	Desvio	Previsão	Desvio	Previsão	Desvio	FINAIS
PSD	42,0	1,8	39,5	0,7	40,3	0,1	40,2
PS	37,4	0,4	38,5	0,7	38,0	0,2	37,8
PP	7,3	1,4	8,8	0,1	8,3	0,4	8,7
CDU	7,3	0,4	6,8	0,1	6,8	0,1	6,9
BE	2,7	0,0	3,5	0,8	2,9	0,2	2,7
O/B/N	3,3	0,4	2,9	0,8	3,7	0,0	3,7
		4,4		3,2		1,0	média dos d.m.
	Desv. médio	0,7		0,5		0,2	0,5

Legislativas de 2005							
Partidos	SIC/Eurosondagem		RTP/U. Católica		TVI/Intercampus		RESULTADOS
	Previsão	Desvio	Previsão	Desvio	Previsão	Desvio	FINAIS
PSD	25,2	3,6	27,0	1,8	28,1	0,7	28,8
PS	48,8	3,8	47,0	2,0	46,2	1,2	45,0
PP	7,0	0,2	6,0	1,2	6,8	0,4	7,2
CDU	8,4	0,9	7,0	0,5	7,7	0,2	7,5
BE	7,0	0,6	7,0	0,6	6,4	0,0	6,4
O/B/N	3,6	1,5	6,0	0,9	4,8	0,3	5,1
		10,6		7,0		2,8	média dos d.m.
	Desv. médio	1,8		1,2		0,5	1,1

Legislativas de 2009							65
Partidos	SIC/Eurosondagem		RTP/U. Católica		TVI/Intercampus		RESULTADOS
	Previsão	Desvio	Previsão	Desvio	Previsão	Desvio	FINAIS
PSD	28,8	0,3	27,0	2,1	28,3	0,8	29,1
PS	38,3	1,7	38,0	1,4	38,0	1,4	36,6
PP	8,8	1,6	10,0	0,4	10,1	0,3	10,4
CDU	7,6	0,3	8,5	0,6	7,5	0,4	7,9
BE	10,1	0,3	10,5	0,7	10,0	0,2	9,8
O/B/N	6,4	0,2	6,0	0,2	6,1	0,1	6,2
		4,4		5,4		3,2	média dos d.m.
	Desv. médio	0,7		0,9		0,5	0,7

Legislativas de 2015							
Partidos	SIC/Eurosondagem		RTP/U. Católica		TVI/Intercampus		RESULTADOS
	Previsão	Desvio	Previsão	Desvio	Previsão	Desvio	FINAIS
PAF+PSD+CD S	38,3	0,3	40,5	1,9	39,2	0,6	38,6
PS	31,3	1,0	32,5	0,2	31,7	0,6	32,3
BE	9,3	0,9	9,5	0,7	10,2	0,0	10,2
CDU	7,9	0,3	8,0	0,2	8,5	0,3	8,2
O/B/N	13,2	2,5	9,5	1,2	10,4	0,3	10,7
		5,0		4,2		1,8	média dos d.m.
	Desv. médio	1,0		0,8		0,4	0,7

68									
Legislativas de 2019									
Partidos	SIC/ICS - Universidade de Lisboa		RTP/U. Católica		CMTV/Intercampus		TVI/Pitagórica		RESULTADOS
	Previsão	Desvio	Previsão	Desvio	Previsão	Desvio	Previsão	Desvio	FINAIS
PS	38,0	1,3	36,5	0,2	36,3	0,4	36,5	0,2	36,7
PSD	26,2	1,7	29,0	1,1	27,9	0,0	26,6	1,3	27,9
BE	10,4	0,7	10,5	0,8	9,9	0,2	9,7	0,0	9,7
CDU	6,0	0,5	7,0	0,5	6,3	0,2	7,0	0,5	6,5
CDS-PP	3,7	0,6	4,0	0,3	4,3	0,0	3,9	0,4	4,3
PAN	3,5	0,2	4,0	0,7	3,8	0,5	3,7	0,4	3,3
O/B/N	12,2	0,6	9,0	2,6	11,5	0,1	12,6	1,0	11,6
		5,6		6,2		1,4		3,8	média dos d.m.
	Desv. médio	0,8		0,9		0,2		0,5	0,6

O que se passou?

Mas mesmo admitindo que, pelo menos no caso de Lisboa, houve erros nas sondagens, ou incompetência por parte de certas entidades que as realizam (o que poderá sempre acontecer), não seria estranho constatar que todos, empresas de sondagens e universidades (Católica ou ICS/ISCTE), erraram e erraram todos da mesma maneira?

O que se passou?

É também difícil haver quem conteste a segunda hipótese:

- as entidades em causa viciaram as sondagens para prejudicar alguém (designadamente o PSD).

Por um lado, como se viu, não foi o PSD que foi “prejudicado”, foi quase sempre o *challenger*. Aliás, esse “prejuízo” tem muito que se lhe diga: se Medina e Moedas tivessem surgido empatados na última sondagem, Moedas ganharia? De qualquer modo, não passa pela cabeça de ninguém as empresas de sondagens e as universidades (Católica ou ICS/ISCTE) juntarem-se para prejudicar o PSD.



Resumo

Podemos então dizer que a anulação dos indecisos, associando a sondagem a uma ideia de previsão, e a suposta garantia dada pela existência obrigatória de uma múltipla falsidade que é o “erro máximo”, devem assumir parte da “culpa” do protesto relativo ao “falhanço” das sondagens, por não se aceitar que a intenção de voto pode evoluir.

6ª pergunta

Mas por que razão estas
questões são tão recorrentes?

O que se passou?

Existe um hábito em Portugal de grande parte dos políticos, politólogos, líderes de opinião, comentadores ou jornalistas sentirem-se à vontade em falar sobre sondagens. Têm uma opinião sobre elas, sem necessidade de recurso a conhecimentos técnicos avançados ou de apoio de verdadeiros especialistas.

Aconteceu o insólito em Portugal: Paulo Portas e Pedro Santana Lopes dirigiram um centro de sondagens. Poderiam dirigir um centro de investigação de engenharia de sistemas ou de bacteriologia?

O que se passou?

Por outro lado, estas pessoas, contrariamente a todo o bom senso, têm teorias sobre o comportamento eleitoral dos portugueses, por exemplo estabelecendo limites para as reviravoltas eleitorais e não achando possível que um candidato, que tenha mais 10% do que outro duas semanas antes, venha a perder.

Para este estado de coisas, muito contribui algum mau desempenho de sondadores, que não sabem explicar bem as sondagens e pactuam com certos erros lamentáveis (incluindo o de confundir sondagem e previsão), ou de politólogos, que não apresentam teses concretas sobre a evolução futura do comportamento eleitoral, mormente o que se passa com a intenção de voto na última semana antes das eleições.

O que se passou?

O problema é que, nos países onde estas coisas se estudam a fundo, a investigação baseia-se em sondagens e tenta tirar interpretações permanentes das diferenças entre os resultados das sondagens pré-eleitorais e os da eleição para compreender a evolução da intenção de voto. E perceber, por exemplo, quando é que um *late swing* de 10% é possível. Só que, para isso, têm confiar que os resultados das sondagens estão bem e tentar teorizar a partir daí. Se nos convenceremos, usando a facilidade de quem não soube interpretar as sondagens anteriormente, de que as sondagens “erraram”, o conhecimento do comportamento eleitoral torna-se impossível. Ao não avançar nesta área de investigação, continuamos no escuro e cometer-se-ão os mesmos erros interpretativos a cada eleição.

2 A excelência do Barómetro CM



2.1.

Metodologia

A excelência do Barómetro CM

Tendo em conta tudo o que foi dito, não parece que o Barómetro precise de alterações metodológicas.

Como verificámos em Lisboa, por exemplo, duas sondagens feitas na mesma altura com metodologias bastante diversas deram resultados idênticos.

A excelência do Barómetro CM

No que diz respeito à **dimensão da amostra**, a amostra do CESOP tinha quase 1.300 indivíduos, quando a da Pitagórica tinha apenas 600.

No que diz respeito ao **método de recolha**, a amostra do CESOP foi aplicada presencialmente, quando a da Pitagórica foi telefónica.

No entanto, e usando uma argumentação que temos vindo a criticar, a sondagem da Pitagórica esteve “mais perto” dos resultados eleitorais.



Resumo

Podemos concluir, em primeiro lugar, o que já sabíamos: é mais importante o modo como os inquiridos são escolhidos, e a % de recusas, do que a dimensão da amostra.

A excelência do Barómetro CM

No que diz respeito ao **método de recolha**, as amostras presenciais e telefónicas têm vantagens e inconvenientes.

As presenciais foram quase necessárias quando os telefones fixos não cobriam parte muito substancial do eleitorado. Hoje, com a onnipresença dos telemóveis, esse problema deixou de existir. O que significa que, neste momento, a grande vantagem do inquérito presencial é a possibilidade de aplicação do voto em urna.

A excelência do Barómetro CM

No entanto, as sondagens telefónicas também apresentam vantagens face às presenciais. E a mais referida é a possibilidade de se contactarem eleitorados “entrincheirados” em condomínios privados ou prédios com muito difícil acesso ao interior. Nestes, o entrevistador presencial tem muito sérios impedimentos.

Por isso, as sondagens telefónicas têm tido algum sucesso, nomeadamente no que diz respeito à menor subavaliação de partidos como o PSD ou o CDS.



Resumo

Podemos concluir, em segundo lugar, que o método de recolha não é hoje muito determinante, tudo dependendo da qualidade das bases de dados telefónicas, quando não há geração aleatória de números de telemóvel.

Pergunta

E no que diz respeito ao
conteúdo do inquérito?

A excelência do Barómetro CM

Uma das principais causas da perceção de erro relativamente às sondagens pré-eleitorais, reside no facto de muitas destas (senão a totalidade) terem sido feitas numa altura em que os inquiridos ainda não tinham refletido sobre o tema e muito menos tomado uma decisão.

Do mesmo modo, o Barómetro deve evitar questões demasiado técnicas sobre as quais os inquiridos não pensaram ou questões que exigem um certo conhecimento, como por exemplo, opinar sobre o Orçamento de Estado.

A excelência do Barómetro CM

Os inquiridos nas sondagens não devem ser abordados sobre temas que não dominam, para não correremos o risco de existirem respondentes a achar que o inquérito não lhes diz respeito ou que não estão habilitados a responder-lhe.



De qualquer modo, poderá ser discutida, em momentos de proximidade eleitoral, a hipótese de realização de uma recolha com voto presencial, para efeitos de aplicação de voto em urna.



Outra sugestão será a realização de uma *tracking poll*.

A excelência do Barómetro CM

Em caso de disponibilidade de investimento suplementar aquando de uma eleição próxima, será mais interessante investir numa *tracking poll* na última semana do que investir num aumento amostral do barómetro.

Assim, pode sugerir-se um inquérito telefónico diário de cerca de 250 entrevistas, com resultados baseados em médias móveis de 2 dias (ou seja, com 500 entrevistas), de modo ao barómetro ser publicável todos os dias, incluindo na sexta-feira anterior.

A excelência do Barómetro CM

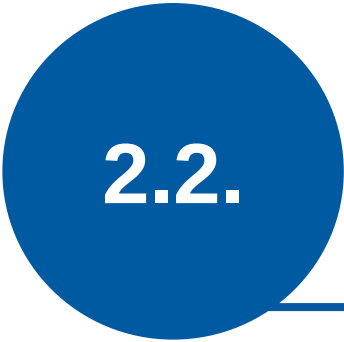
Nestes inquéritos diários, será feita a pergunta de intenção de voto, tal como outras perguntas mais “qualitativas”, como, por exemplo, a propensão para votar, se votou ou não em eleições anteriores, o interesse na eleição, quando pensa tomar uma decisão definitiva (voto ou não e em quem votar), a convicção a respeito de quem vai ganhar ou qual o partido preferido em segunda opção (caso vote noutro ou caso não se abstenha).

Todas estas perguntas possíveis deverão aparecer no Barómetro principal, escolhendo-se depois as que derem resultados mais interessantes para figurar na *tracking poll*.



Resumo

Estas perguntas poderão ajudar eventuais especialistas que se associem à notícia, como veremos adiante, a estabelecer cenários evolutivos de cariz previsional.

A solid blue circle containing the text "2.2." in white, bold, sans-serif font.

2.2.

Apresentação

A excelência do Barómetro CM

O tempo que separa a recolha, da publicação dos resultados, só é importante quando deparamos com conteúdos muito conjunturais. De facto, arriscamo-nos, nesse caso, a tornar os resultados obsoletos. Nas situações de perguntas mais estruturais, o problema não se coloca, embora seja bom publicar os resultados no período de uma semana após estarem disponíveis.

Neste domínio, o aumento da dimensão da amostra pode ser prejudicial, porque aumenta a duração da recolha. O mesmo acontece com os inquéritos presenciais, normalmente mais demorados.

A excelência do Barómetro CM

Assim, tendo em conta que é necessário manter prazos reduzidos, uma amostra telefónica de 600 indivíduos parece uma boa solução.

A excelência do Barómetro CM

É sobretudo a nível da **apresentação dos resultados** que os cuidados devem ser redobrados, sobretudo quando se aproximam atos eleitorais.

E o principal cuidado deve ser o da apresentação dos indecisos. As projeções sem indecisos só devem ser usadas para comparação dos resultados do Barómetro ao longo do tempo, uma vez que a percentagem de indecisos vai variando e, de outro modo, torna-se difícil perceber se os partidos evoluíram positiva ou negativamente.

A excelência do Barómetro CM

Assim, os indecisos devem ser sempre apresentados.

Com a aproximação de atos eleitorais, é aconselhável que, em acréscimo à análise das potencialidades que os indecisos possam ter em eventuais reviravoltas eleitorais, a notícia seja associada a um comentário de um especialista de sondagens ou, preferencialmente, um politólogo ou investigador de ciência política. Apesar do desconhecimento que existe neste domínio, o investigador pode descrever algumas das evoluções possíveis até à eleição, alertando, se tal for o caso, para uma eventual reviravolta.

A excelência do Barómetro CM

Mais perto do ato eleitoral, ou seja, na semana anterior, e tal como já foi referido, qualquer um destes especialistas pode ajudar a interpretar a evolução do voto de uma *tracking poll*, dia após dia, extrapolando as tendências e explicando o possível efeito que as eventuais variáveis qualitativas, referidas anteriormente, podem sugerir, permitindo uma aproximação a uma tentativa de previsão, deixando bem claro que esta excede as capacidades técnicas da própria sondagem.



Resumo

Infelizmente, as sondagens pré-eleitorais não permitem previsões. Temos de aceitar o facto e de nos conformar com ele.

No entanto, podemos fazer esforços para não desiludir a expectativa do leitor/telespetador perante as limitações das sondagens, tentando antecipar possíveis cenários com a ajuda do (escasso) conhecimento disponível sobre o comportamento eleitoral dos portugueses.